

“Mas és português ou brasileiro?” O efeito do contacto entre variedades do português na fala de imigrantes brasileiros em Portugal

“But are you Portuguese or Brazilian?” The effect of contact between varieties of Portuguese in the speech of Brazilian immigrants in Portugal

Ronan Pereira¹, Catarina Rosa¹, Mariana Silva¹

¹ Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa

Abstract

This study investigates the perception of Brazilian Portuguese native speakers' accent by native European Portuguese speakers in a context of contact between these dialects in Portugal, crossing these results with individual factors that are traditionally considered in second dialect acquisition (SDA), given the expressive variability in the outcomes of this process (Siegel, 2010). Audio snippets of 30 immigrants who had been living in continental Portugal for over six years (as well as of 8 Brazilian non-immigrants and 12 Portuguese who served as control groups) were evaluated by 47 EP natives, who determined if the speakers sounded Brazilian or Portuguese and how certain they were of their evaluation by means of a Likert-like scale from 1 (Brazilian: I'm sure) to 6 (Portuguese: I'm sure). The evaluators easily identified Brazilian ($M = 1.17$) and Portuguese ($M = 5.95$) controls; Brazilian immigrants, on the other hand, were, in general, identified as Brazilians, but with a significantly lower level of certainty ($M = 1.88$, $p < .001$) comparing with non-immigrants. An analysis of individual factors showed that age of arrival and the will to be perceived as Portuguese were statistically significant ($ps \leq .039$). Nonetheless, individual analyses do not indicate many effects of linearity between variables and evaluations. This suggests that the weight of each variable at an individual level will be different, which helps to explain the different outcomes seen in SDA.

Keywords: bidialectalism, phonology, accent rating, individual factors.

Resumo

Este estudo investiga a percepção do sotaque de falantes nativos do português brasileiro por falantes nativos do português europeu num contexto de contacto entre estes dialetos em Portugal, cruzando estes resultados com fatores individuais que são tradicionalmente considerados na aquisição de segundo dialeto (AD2), dada a expressiva variabilidade nos desfechos deste processo (Siegel, 2010). Trechos de áudios de 30 imigrantes que residiam em Portugal continental há mais de seis anos (bem como de 8 brasileiros não imigrantes e 12 portugueses que serviram de grupos de controlo) foram avaliados por 47 nativos do português europeu, que determinaram se os falantes soavam como brasileiros ou portugueses e o quão certos estavam da sua avaliação por meio duma escala de Likert de 1 (brasileiro: tenho a certeza) a 6 (português: tenho a certeza). Os avaliadores facilmente identificaram os controlos brasileiros ($M = 1,17$) e portugueses ($M = 5,95$); já os imigrantes brasileiros foram, em geral, identificados como brasileiros, mas com um grau de certeza significativamente mais baixo ($M = 1,88$, $p < 0,001$) comparativamente aos brasileiros não imigrados. Uma análise dos fatores individuais para uma maior probabilidade de serem avaliados como portugueses determinou que a idade de chegada e a vontade de ser percecionado como português foram estatisticamente significativos ($ps \leq 0,039$). Todavia, análises individuais apontam para poucos efeitos de linearidade entre as variáveis e as avaliações. Isto sugere que o peso de cada variável será diferente a nível individual, o que ajuda a explicar os diferentes desfechos observados na AD2.

Palavras-chave: bidialetalismo, fonologia, avaliação de sotaques, fatores individuais.

1. Considerações iniciais

A aquisição de segundo dialeto (AD2) é o processo de aquisição de um sistema linguístico adicional que envolve variedades da mesma língua. É vista como um tipo especial de aquisição de língua segunda (L2), pois, para fins comunicativos, dado o provável alto grau de inteligibilidade mútua entre o dialeto nativo (D1) e o segundo dialeto (D2), não será necessário, à partida, que os falantes “aprendam” o D2 (Siegel, 2010, p. 1). Em geral, a AD2 ocorre em diferentes contextos que envolvem o contacto entre dois (ou mais) dialetos, como, por exemplo, em zonas onde dois dialetos co-existem historicamente (e.g., zonas da Alemanha onde um dialeto local coexiste com o alemão padrão) ou quando indivíduos saem da sua zona dialetal e estabelecem residência noutra zona e passam a ter contacto mais intenso com o D2 ali falado (Chevrot & Ghimenton, 2018, p. 513).

A produção científica em AD2 resultante de migrações debruçou-se principalmente na componente fonológica, tendo feito uso de metodologias diversas que, em geral, recolheram dados de produção, focando-se naquilo que era diferente entre as variedades, isto é, as diferentes realizações das variáveis linguísticas, e a conclusão de que houve aquisição ou não advém do cálculo da percentagem de uso da variante do D2 frente à do D1 (Siegel, 2010, p. 22). Observa-se que, no geral, os resultados da AD2 são muito inconsistentes: por um lado, há participantes que não utilizam nenhuma das variantes do D2; por outro, há evidências de aquisição (tanto entre adultos, quanto entre crianças). Neste último caso, não é incomum que se desenvolva o seguinte cenário: os falantes são identificados como falantes não nativos do D2 por falantes deste dialeto, mas também podem soar estrangeiros aos ouvidos dos falantes do seu D1 (Siegel, 2010, p. 55).

De facto, Kupisch et al. (2023) observam exatamente isto entre falantes nativos do português brasileiro (PB) que imigraram para Portugal em idade adulta: os falantes nativos do PB reconhecem que esses imigrantes já não soam completamente como os brasileiros não imigrados, ao mesmo tempo que os falantes nativos do português europeu (PE) não consideram que soam como os portugueses. Neste sentido, o D1 e o D2 surgem como extremidades dentro de um contínuo dialetal e a fala dos falantes bidialetais jaz nalgum ponto desse contínuo (cf. Chambers, 1992, p. 695). Importaneamente, isto significa que há indivíduos que adquirem (algumas) propriedades do D2 (ainda que possam diferir muito entre si, com diferentes taxas de uso de variantes por indivíduo), mas outros parecem não o conseguir (Siegel, 2010, p. 51). Dada esta alta variabilidade nos desfechos observados, sugere-se que certas variáveis (como a exposição ao D2 e as atitudes individuais) poderão estar por detrás da promoção ou da inibição da AD2, um ponto que Kupisch et al. (2023) não abordaram.

O presente estudo tem como objetivo complementar o estudo de Kupisch et al. (2023), nomeadamente pela identificação das possíveis variáveis que condicionarão a influência do PE no sotaque dos nativos do PB imigrados em Portugal. Este artigo está organizado da seguinte maneira: na Secção 2 traz-se a fundamentação do estudo, abordando-se alguns fatores individuais que parecem condicionar a AD2 e a aquisição de sotaque não nativo, bem como as principais diferenças fonológicas entre as duas variedades do português aqui consideradas; na Secção 3 descreve-se o estudo experimental, apresentando as questões de investigação e hipóteses, a metodologia e os resultados; na Secção 4 discutem-se esses resultados; por fim, a Secção 5 traz as considerações finais.

2. Fundamentação

2.1. Fatores individuais na aquisição de segundo dialeto

Tradicionalmente, os estudos em aquisição da fonologia duma L2 consideraram como importantes algumas variáveis individuais neste processo, como a idade de aquisição e o grau de exposição ao *input* da L2 (Piske et al., 2001). Similarmente, os estudos em AD2 no contexto de migrações também se debruçaram sobre tais fatores. Por exemplo, Siegel (2010, p. 84) comenta que os indivíduos com uso consistente das variantes do

D2 (acima de 90%) ou que chegam a obter competência quase nativa são aqueles que foram expostos ao D2 quando jovens, especialmente se tinham 13 anos ou menos. Já Payne (1980, p. 175), no seu estudo com propriedades fonológicas de dialetos do estado da Filadélfia nos Estados Unidos, concluiu que o sucesso na aquisição dos traços é mais provável quando a idade de primeiro contacto se dê até aos oito anos de idade.¹

Seguindo as ideias aventadas pela Hipótese do Período Crítico (Lennenberg, 1967), de que a aquisição normal de certas propriedades duma língua após um período ótimo para tal não ocorre, Long (2007, p. 67) considera a existência de períodos sensíveis em que há maior facilidade na aquisição da fonologia da L2 (e, por extensão, do D2). Estes períodos durariam até aos sete anos de idade para as regras fonológicas complexas e até aos 13 anos de idade para regras fonológicas simples e suprasegmentais. Havendo a aquisição dentro desses períodos, chegar à proficiência quase nativa não seria garantida, mas tampouco seria algo inesperado; após, contudo, não seria esperado que acontecesse, embora não fosse impossível.

Por outro lado, enquanto a idade de chegada à zona de acolhimento parece ter um papel fundamental, o tempo de residência não. Payne (1976), por exemplo, observou, após dividir os participantes de acordo com o seu tempo de residência (de quatro a sete anos e de oito a 16 anos), um efeito do tempo de residência, mas que estava correlacionado com uma idade de aquisição precoce (indivíduos que foram expostos entre os cinco e os nove anos de idade). Apesar das fracas evidências sobre a relevância do tempo de residência no sucesso da AD2, Foreman (2003, p. 229) relata que todos os falantes no seu estudo com falantes do inglês americano imigrados na Austrália que utilizaram variantes do D2 tinham cinco anos de residência ou mais. Mais além, a autora refere que o uso do D2 na residência dos imigrantes também se mostrou relevante² (p. 230). Em conjunto, estes dados reforçam a importância da exposição ao *input*, sugerindo que uma quantidade mínima de exposição a ele será necessária (embora a simples exposição ao *input* não seja o bastante para a aquisição ocorrer, principalmente no caso de estruturas pouco salientes e/ou comunicativamente redundantes; cf. Long, 2007, p. 112).

Uma parte substancial da AD2 passa pelas atitudes individuais dos falantes em contextos bidialetais. Lecky (1961, pp. 51–52) afirma que os indivíduos não mudam facilmente a sua identidade e os conceitos que têm sobre si mesmos, visto que construí-los é um trabalho árduo. Destarte, o modo de falar é uma das partes intrínsecas à autenticidade dos indivíduos e alterá-lo sem nenhuma razão comunicativa (como ocorre, por exemplo, na aquisição de L2) seria visto como falso ou não autêntico (Siegel, 2010, p. 149). Todavia, se um falante de um D1 se identificar com os falantes (ou com a região) do seu D1, tal facto acaba por dificultar a AD2 (Stanford, 2008); em compensação, pode-se postular que uma maior identificação com a comunidade ou com a região do D2 estimulará a AD2. Em Foreman (2003, pp. 234–245), dos 12 participantes que adquiriram traços do inglês australiano, oito afirmaram ter, ainda que parcialmente, uma identidade australiana, enquanto outros dois não se identificavam nem com a nação de residência, nem com a nação de origem; já os que mantiveram os traços do D1 identificavam-se mais com o seu país de origem.

Não obstante, estes dados têm de ser vistos com cuidado, pois pode ter havido efeitos de idade de chegada: os que se identificavam mais com o país de acolhimento chegaram mais jovens, pelo que tiveram mais hipóteses de adquirir os traços do D2. Ainda assim, a autora refere três participantes que chegaram durante a infância à Austrália (com sete, oito e dez anos). Enquanto o primeiro atingiu uma competência quase nativa no D2, os outros dois adquiriram somente alguns traços. A análise consoante à identificação com a Austrália mostrou que o primeiro se identificava fortemente com aquele país, mas os outros dois não.

Note-se que as variedades regionais ou sociais podem ter um estatuto sociocultural muito mais proeminente do que as línguas. Noutras palavras, os dialetos estão mais ligados à identidade dos falantes do que

¹ Note-se que indivíduos que tenham chegado à área do novo dialeto quando jovens, muito provavelmente terão tido uma parcela considerável do seu ensino formal no D2, o que pode, também, influenciar o processo de aquisição (Siegel, 2010, p. 86).

² Em contrapartida, a exposição ao D2 no ambiente de trabalho não apresentou significância estatística. A autora acredita que isto tenha ocorrido pelo facto de os falantes trabalharem em empresas australianas, pelo que esta variável não deverá apresentar variação o suficiente para ser detetada pelos métodos estatísticos empregados (Foreman, 2003, p. 209).

as línguas, e falar um ou outro dialeto é uma característica que os distingue como pertencentes a um certo grupo³ (Rickford & Rickford, 2000, p. 22); por conseguinte, um falante de um D1, ao falar o D2, pode ter reações negativas dos falantes nativos deste dialeto (e até mesmo dos falantes do D1) – um tipo de reação raro na aquisição duma L2 (Siegel, 2010, pp. 146–147). Por exemplo, em Jacobs-Huey (1997, p. 356), três homens (dois nativos do inglês afro-americano e um estudante universitário branco de classe média interessado em e identificado com a cultura afro-americana) foram gravados a falar o dialeto afro-americano e as gravações foram posteriormente avaliadas por falantes de diferentes origens: afro-americanos, anglo-americanos, latino-americanos e ázio-americanos. O estudante foi considerado um falante nativo do inglês afro-americano baseado na sua fala por 92% dos participantes. Todavia, ao saberem que se tratava de um homem branco de classe média, muitos dos avaliadores demonstraram reações negativas (Jacobs-Huey, 1997, p. 363).

É importante ressaltar que esse sentimento de pertença e de propriedade não se restringe a variedades de menor prestígio (como no caso do inglês afro-americano). Por exemplo, há reações negativas de falantes do inglês britânico D1 para com falantes do inglês canadiano D1 que estavam a alterar a sua pronúncia em direção àquela variedade. Para Giles e Smith (1979, p. 62), tais reações advêm da sensação que os falantes do D1 têm da perda da sua distinção cultural aquando da aquisição pelos canadenses da característica mais fundamental da sua identidade (o sotaque britânico). Neste sentido, se falar um dialeto servir para sinalizar a pertença a um grupo social em particular, somente aqueles que são membros desse grupo terão o direito de o falar (Siegel, 2010, p. 153).

Por outro lado, Ekberg e Östman (2020) relatam o caso duma imigrante bósnia numa região da Finlândia que possui o seu próprio dialeto do sueco (que difere do sueco finlandês padrão). Ela diz ser criticada na escola por não utilizar o dialeto local e preferir o sueco finlandês padrão; porém, quando o utiliza, é criticada por esses mesmos colegas por causa da sua pronúncia. Falantes do inglês norte-americano na Austrália têm experiências similares. Foreman (2003, p. 239) aponta que um informante no seu estudo afirmou que nativos do D1 se riram das suas tentativas de utilizar expressões típicas do inglês australiano. Ademais, outros informantes dizem temer ser vistos como “falsos” por terem adquirido o dialeto australiano. Como conclui a autora, a mudança em direção ao D2 não é vista como autêntica e seria um exemplo de falta de lealdade, como se a mudança no sotaque indicasse uma tentativa de pertencer a um lugar ao qual não se pertence ou de ser alguém (um australiano) que não se é (Foreman, 2003, p. 241).

Os estudos sobre a AD2 envolvendo variedades nacionais do português são recentes e demonstram que é possível a aquisição do PE por falantes nativos do PB, sendo condicionada, por exemplo, pela idade de chegada (se se deu durante a infância ou não) e da propriedade gramatical em questão, seja ela morfossintática (e.g., Castro et al., 2016, 2017, 2020; Pereira, em preparação) ou fonológica (e.g., Kupisch et al., 2023). Por o presente estudo investigar esta última componente gramatical, apresentam-se a seguir certos aspetos contrastivos entre a fonologia destas duas variedades.

2.2. Diferenças fonológicas entre o português brasileiro e o português europeu

Para os ouvintes daqueles que não conheçam as peculiaridades da fonologia do PE e do PB, num primeiro contacto com estas variedades, é provável que elas soem como duas línguas sem relação entre elas (cf. Mateus & d’Andrade, 2000, p. 129). Dadas as suas diferenças a nível fonológico, abordam-se aqui algumas das principais propriedades segmentais e suprasegmentais que as possam distinguir.⁴

³ Um revisor anónimo questiona se os traços regionais mais salientes tendem a ser mais conservados por determinados grupos sociais. Espera-se este cenário desde que o indivíduo se identifique com o restante do grupo, como visto nos parágrafos anteriores. Por outro lado, espera-se o “abandono” desses traços ao não haver identificação ou por haver a identificação com outro grupo.

⁴ Não se pretende fazer uma descrição exaustiva de todas as diferenças entre as duas variedades devido à restrição de espaço e também porque as duas variedades não são homogêneas. Isto é, nem sempre as mesmas propriedades se observam em todo o território onde cada variedade é falada. Neste sentido, muito do que é apresentado nesta Subsecção se baseia na pronúncia do português falado em Lisboa (para o PE) e em São Paulo e no Rio de Janeiro (para o PB). Veja-se Vigário (2022) e Rodrigues (2024) para variação no PE e Battisti (2021) para variação no PB.

Segundo Vigário (2022, p. 872), o arcabouço fonológico das duas variedades é muito similar. Relativamente às consoantes, as diferenças principais encontram-se na existência de processos específicos a cada variedade. Por exemplo, em posição de ataque silábico as consoantes plosivas dentais /t/ e /d/ são palatizadas no PB quando ocorrem antes de /i/ ou /j/ (ou das suas versões nasais), sendo realizadas como [tʃ] e [dʒ], respetivamente:

(1a) tio – [ˈtiu] (PE) / [ˈtʃiu] (PB)

(1b) dia – [ˈdiɐ] (PE) / [ˈdʒiɐ] (PB)

Em ambas as variedades a realização da consoante rótica em posição de ataque silábico é variável, podendo emergir como uma vibrante alveolar [r] (menos frequente no PB) ou uvular [ʀ], como as fricativas [ʁ] ou [χ] ou ainda aspiradas [h] (esta última realização restrita ao PB; cf. Rennie, 2015, p. 40):

(2) rio – [ˈriu], [ˈriu], [ˈɾiu], [ˈχiu] (PE, PB), [ˈhiu] (PB)

No PE, em particular, as consoantes plosivas sonoras /b/, /d/ e /g/ podem ser realizadas como fricativas [β], [ð] e [ɣ], respetivamente, desde que se encontrem entre duas vogais ou precedidas por uma consoante líquida ou por uma semivogal oral (Rodrigues, 2024, p. 216):

(3) uma bodega – [ˈumɐ βu ˈðɛɣɐ] (PE) / [ˈumɐ bu ˈdɛɣɐ] (PE, PB)

Outras diferenças entre as duas variedades surgem em segmentos que se encontram em coda silábica. Por exemplo, no PE, o fonema /l/ é realizado como [l] nessa posição, ao passo que, no PB, o mesmo fonema é velarizado como [w]:

(4) final – [fi ˈnal] (PE) / [fi ˈnaw] (PB)

Semelhantemente, sibilantes em posição de coda silábica são tendencialmente realizadas como fricativas pós-alveolares no PE, bem como na variedade do PB falada no Rio de Janeiro. Na variedade de São Paulo, a sua realização é tendencialmente alveolar (Callou, 2009, p. 134):

(5) dois – [dojʃ] (PE, PB – Rio de Janeiro) / [dojs] (PB – São Paulo)

A consoante rótica em coda silábica, estável no PE como [r], apresenta-se variável no PB. Por exemplo, na variedade de São Paulo, a pronúncia mais comum é [r] (embora certos falantes, principalmente oriundos do interior do Estado, possam usar uma pronúncia retroflexa [ɻ]); na variedade do Rio de Janeiro, a pronúncia é recuada, geralmente realizada como [χ] ou [h] (Callou, 2009, p. 138; Rennie, 2015, pp. 46-47):

(6) mar – [mar] (PE, PB – São Paulo) / [maχ] (PB – Rio de Janeiro)

As diferenças entre as duas variedades serão mais perceptíveis nos processos que envolvem os segmentos vocálicos, embora o arcabouço seja, novamente, semelhante.⁵ Em geral, no que tange às sílabas tónicas, poucas

⁵ Salienta-se que ambas as variedades possuem vogais nasais que têm um comportamento praticamente idêntico (vd. Mateus & d'Andrade, 2000). Por este motivo, a descrição dos sistemas vocálicos focar-se-á apenas nas vogais orais.

diferenças se veem.⁶ Por exemplo, no PE, o fonema /e/ quando realizado antes de um som palatal é centralizado para [ɐ]:

(7) telha – [ˈtɐʎɐ] (PE) / [ˈteʎɐ] (PB)

As diferenças mais visíveis entre o PB e o PE estão na realização das vogais átonas. Em ambas as variedades, existe uma tendência para a elevação das vogais átonas pós-tônicas finais; contudo, o PE, além de elevar a vogal /e/, também a centraliza. Assim, ao passo que o PE apresenta as vogais [ɐ], [i], [i̯]⁷ e [u], o PB apresenta somente [ɐ], [i] e [u]:

(8a) nome – [ˈnomi] (PE) / [ˈnomi] (PB)

(8b) júri – [ˈʒuri] (PE/PB)

(8c) casa – [ˈkazɐ] (PE, PB)

(8d) livro – [ˈlivru] (PE, PB)

O PE não apresenta distinção entre vogais átonas pré e pós-tônicas, aplicando os mesmos processos supracitados a todas as vogais átonas.⁸ No PB, as vogais átonas em posição pré-tônica, em geral, mantêm-se, exceto pela perda de contraste entre as vogais médias:

(9a) sofá – [suˈfa] (PE) / [soˈfa] (PB)

(9b) menino – [miˈninu] (PE) / [meˈninu] (PB⁹)

No PE, além da consistente elevação das vogais, observa-se a sua redução. De facto, em determinadas situações, é possível que a vogal seja apagada de todo, resultando, a nível fonético, na adjacência de sons outrora não “permitida”. No PB, este fenómeno raramente ocorre:

(10) envelhecido – [ẽv(i)ʎ(i)ˈsidu] (PE) / [ẽveʎeˈsidu] (PB)

O PB, por outro lado, tende à epêntese de /i/ em encontros consonantais que não envolvam uma consoante líquida¹⁰:

(11) pneu – [pnew] (PE¹¹) / [p(i)new] (PB)

⁶ Note-se que determinadas palavras têm vogais médias de alturas distintas em cada variedade, o que fica claro pelo tipo de acento gráfico utilizado (quando necessário):

a. bebê – [beˈbe] (PE) / bebê – [beˈbe] (PB)

b. sinónimo – [siˈnonimu] (PE) / sinônimo – [siˈnonimu] (PB)

⁷ Como bem aponta um revisor anónimo, a produção de [i̯] em posição final não é produtiva no PE, apesar de se verificar a sua realização em empréstimos ou em palavras cultas, tal como no exemplo (8b).

⁸ No entanto, exceções há no PE (e.g., retórica – [reˈtorikɐ]). Para Vigário (2016, pp. 844–845), a presença de vogais átonas não reduzidas no PE advém de especificações a nível lexical (e não a nível morfológico), ou de condicionamentos prosódicos ou morfológicos.

⁹ Em certas variedades do PB pode haver a elevação das vogais médias neste contexto quando a vogal da sílaba tónica for alta (i.e., harmonia vocálica; cf. Barbosa et al., 2019). Logo, a pronúncia [miˈninu] é também possível.

¹⁰ Este processo parece ser tão recorrente a ponto de os falantes do PB percecionarem a existência de epêntese até mesmo quando nenhuma vogal está inserida entre consoantes, similarmente ao que ocorre com falantes de japonês (vd. Dupoux et al., 2011).

¹¹ Casos de epêntese no PE são raros, mas não estão ausentes de todo. Todavia, nesta variedade a vogal inserida é [i] (Vigário, 2022, p. 856).

Tais processos contribuem para a percepção de ritmo diferenciado entre as duas variedades, pois a complexidade silábica parece estar associada a diferentes ritmos (Frota & Vigário, 2001). A literatura na área considera tradicionalmente a existência de um padrão rítmico baseado na regularidade temporal entre as sílabas (ritmo silábico) e outro baseado na regularidade temporal entre os acentos tónicos (ritmo acentual), além de um terceiro padrão baseado na regularidade temporal entre as moras¹² (ritmo moraico). Neste sentido, línguas com um ritmo acentual aparentam possuir uma maior variedade de tipos de sílabas, além de apresentarem processos fonológicos que envolvem a redução das suas vogais, enquanto as línguas com ritmo silábico não só possuem uma menor variedade de sílabas, como também apresentam processos fonológicos que simplificam a sua estrutura, como, por exemplo, a epêntese (Frota & Vigário, 2011).

Concernente às variedades do português aqui descritas, Frota e Vigário (2001) defendem que ambas apresentam um ritmo misto, mas com distribuição diferente. O PE, por um lado, assemelha-se às línguas germânicas no ritmo acentual quando se considera a variabilidade nos intervalos consonantais (ΔC), mas não se distancia das outras línguas românicas no seu ritmo silábico quando se considera a proporção de intervalos vocálicos¹³ (%V). Já o PB possui uma variabilidade nos ΔC que o equipara a outras línguas românicas, mas a sua proporção de %V assemelha-se à de línguas de ritmo moraico, com o japonês e o basco.¹⁴

Assim, é provável que a adaptação à pronúncia do PE por falantes nativos do PB não seja uma tarefa simples, dadas as diferenças existentes entre as duas variedades, algumas delas subtis. Ao mesmo tempo, por conta dessas mesmas diferenças, a identificação dos falantes de cada variedade deverá ocorrer com relativa facilidade, mesmo que os falantes brasileiros apresentem um certo grau de influência do PE na sua fala (cf. Kupisch et al., 2023). Sendo este o ponto central deste estudo, volta-se a atenção a seguir à percepção de sotaque não nativo.

2.3. Aquisição e percepção de sotaque não nativo

Um sotaque não nativo é descrito como a pronúncia utilizada por aprendentes duma L2 que difere (muitas vezes sistematicamente) da pronúncia dos falantes nativos dessa L2 (Southwood & Flege, 1999). A literatura nesta área baseia-se largamente em tarefas de avaliação de sotaques. Nelas, falantes nativos duma determinada língua avaliam o quão nativo soam os falantes que a têm como L2. Os resultados são, em geral, variados: ao passo que alguns participantes são avaliados como não nativos, outros são avaliados como nativos.

Dada tal variabilidade, postula-se que alguns fatores individuais são responsáveis por modular a capacidade de um falante de L2 soar como um nativo. Piske et al. (2001) comentam que a literatura na área teve como foco fatores¹⁵ como a idade de aquisição da L2, tempo de residência, género, instrução formal, motivação, aptidão em aprender línguas e a quantidade de uso da L1 e da L2; embora a idade de aquisição tenda a apresentar-se como o fator mais importante, todos os outros também parecem influenciar o sotaque dos participantes até certo ponto, embora nenhum deles aparente ser determinante. De facto, os autores puderam confirmar que tanto a idade de aquisição da L2 como a manutenção no uso da L1 tiveram um papel na avaliação de falantes de italiano imigrados na região anglófona do Canadá. Neste sentido, uma menor idade de aquisição e um menor uso da L1 estiveram associados a uma menor percepção de sotaque não nativo. Importantemente, até mesmo alguns falantes que chegaram ao Canadá em idade adulta soavam mais como nativos, especialmente

¹² A maioria das línguas românicas faz parte do primeiro grupo, as línguas germânicas fazem parte do segundo e o japonês surge como um representante do terceiro grupo (Abercrombie, 1967).

¹³ As línguas de ritmo acentual tendem a apresentar sílabas que contêm mais consoantes, além de intervalos consonantais com duração variada. Isto resulta num maior rácio entre consoantes e vogais que se traduz numa %V mais baixa e num ΔC mais alto. As línguas de ritmo silábico seguem a tendência oposta (cf. Ramus et al., 1999).

¹⁴ Adianta-se que o desenho experimental neste estudo não consistirá numa análise minuciosa da pronúncia dos falantes, daí a explicação resumida sobre as diferenças suprasegmentais entre o PE e o PB apresentada. Referem-se ao leitor interessado os textos originais citados, bem como os de Frota e de Moraes (2014) e de Frota et al. (2015) para dados contrastivos entre as variedades relativamente, entre outros, aos seus contornos entoacionais.

¹⁵ Note-se que estes fatores são, basicamente, os mesmos que modulam a AD2 (cf. Subsecção 2.1).

se o seu uso de italiano fosse infrequente. Por outro lado, o género e o tempo de residência não tiveram um efeito significativo na percepção do seu sotaque.

Mais além da avaliação de sotaques não nativos, a investigação nesta área também se interessou pela percepção do sotaque de falantes não nativos sob a perspetiva dos preconceitos que os falantes nativos têm para com aqueles por possuírem uma pronúncia não nativa. Sendo o sotaque uma parte importante da identidade dos indivíduos, o qual também expressa um certo grau de informação social, como, por exemplo, a pertença a um determinado grupo numa sociedade (Edwards, 1999), as percepções dos falantes nativos relativamente a sotaques não nativos são, geralmente, negativas. Por exemplo, declarações anónimas proferidas por indivíduos que possuem um sotaque não nativo são, em geral, avaliadas pelos nativos como menos credíveis (Lev-Ari & Keysar, 2010). Também Lorenzoni et al. (2024) demonstram que os falantes não nativos são avaliados negativamente em relação a uma série de características sociais (e.g., honestidade, credibilidade, inteligência, competência, etc.). Como consequência, evidências demonstram o efeito desses preconceitos na obtenção de emprego por falantes não nativos: alguns empregadores são intolerantes a certos sotaques (Eisenstein, 1983) e quanto menos nativo um falante soar, menores são as hipóteses de ser percecionado como um professor e mais baixas são as suas hipóteses de ser contratado para essa posição (Boyd, 2003).

Salienta-se que as avaliações nem sempre são negativas. Por exemplo, falantes do inglês americano percecionam os falantes do inglês canadiano positivamente no que tange à amigabilidade e à competência. Em contrapartida, percecionam italianos falantes de inglês L2 positivamente em relação à amigabilidade, mas não em relação à competência; já asiáticos falantes de inglês L2 são percecionados negativamente em relação à amigabilidade, mas positivamente em relação à competência (Fiske, 2018; Lee & Fiske, 2006). No geral, tais avaliações advêm, ainda que parcialmente, do quanto um falante nativo consegue identificar um sotaque não nativo e, a partir daí, categorizá-lo e estereotipá-lo pela sua pertença a um determinado grupo (Dragojevic & Giles, 2016; Ryan, 1983).

No contexto de contacto entre o PE e o PB, Kupisch et al. (2023) preocuparam-se em avaliar o sotaque global de imigrantes nativos do PB em Portugal à procura de influência do PE na sua fala. Foram extraídos trechos de cerca de dez segundos das amostras de fala do estudo de Castro et al. (2020) em que os participantes tiveram de narrar uma história a um entrevistador nativo do PB (modo PB) e a um entrevistador nativo do PE (modo PE) em diferentes momentos. Os áudios provinham de 15 imigrantes precoces que chegaram a Portugal entre os 2 e os 8 anos de idade (média de 5;8) e de 15 imigrantes tardios que chegaram a Portugal entre os 19 e os 43 anos de idade (média de 25;10). Os falantes do primeiro grupo possuíam entre 14 e 45 anos de residência (média de 23;7) e indicaram usar o PB em 20,59% dos casos e o PE em 79,41%; já os do segundo grupo residiam em Portugal havia entre seis e 30 anos (média de 10;10) e utilizavam o PB em 58% dos casos e o PE em 42%. Além dos referidos participantes, trechos de fala de cinco falantes nativos do PB residentes no Brasil e de cinco falantes nativos do PE residentes em Portugal, os quais serviram como grupos de controlo, foram incluídos.

As amostras de áudio foram avaliadas por 25 falantes nativos do PB e 25 falantes nativos do PE originários de diferentes partes de cada país e que nunca tinham residido noutro país de língua oficial portuguesa além do seu país de origem. A tarefa consistia em escutarem as amostras e decidirem se o falante era ou brasileiro ou português e o quão certos estavam da sua avaliação. Importaneamente, os avaliadores foram instruídos a ignorar traços morfosintáticos e lexicais nos áudios (embora os autores tenham tido o cuidado de não selecionarem trechos que incluíssem pistas de tal natureza), focando-se apenas na pronúncia.

Os autores transformaram as avaliações numa escala de 1 a 6, na qual o valor 1 correspondia à certeza de que o falante era brasileiro e o valor 6 à certeza de que era português. Os resultados indicaram que os avaliadores brasileiros e portugueses não tiveram problemas em identificar os controlos – foram facilmente identificados como brasileiros ou portugueses com alto grau de certeza. Os imigrantes precoces também foram percecionados como falantes do PE com um alto grau de certeza, mas somente nas amostras obtidas no modo PE; nas amostras no modo PB ambos os grupos de avaliadores os julgaram como falantes do PB, mas sem muita certeza. Já os imigrantes tardios foram percecionados como falantes do PB, mas os avaliadores diferiram no grau de certeza:

os avaliadores brasileiros tiveram menos certeza do que os avaliadores portugueses de que os trechos ouvidos pertenciam a um falante nativo do PB¹⁶ (Tabela 1).

Tabela 1

Resultados da Tarefa de Avaliação de Sotaques de Kupisch et al. (2023)

	Modo PB			Modo PE		
	Controlo PB	Imigrantes precoces	Imigrantes tardios	Controlo PE	Imigrantes precoces	Imigrantes tardios
Avaliadores PB	1,01	2,77	2,41	5,93	5,21	2,27
Avaliadores PE	1,07	2,75	1,61	6,00	5,17	1,80

Os autores argumentam que as diferenças observadas entre o grupo que chegou durante a infância e o grupo que chegou em idade adulta se deve a restrições maturacionais, às quais se soma um maior *input* do PE precocemente. Mais além, apesar de não terem recolhido dados sobre este ponto, consideram a possibilidade de que imigrantes tardios possam, consciente ou inconscientemente, durante o seu longo período de residência em Portugal, ter suprimido certos traços mais salientes do seu sotaque original, ao mesmo tempo que adquiriram certos traços do PE.¹⁷

Apesar dos dados inovadores obtidos na sua pesquisa, os autores não se preocuparam em cruzar os resultados com outras variáveis além da idade de chegada a Portugal. Logo, segue pendente a identificação de fatores, principalmente daqueles associados à exposição ao PE e às atitudes individuais, que podem condicionar essa influência do PE na fala dos imigrantes nativos do PB, uma lacuna que este estudo pretende colmatar. Assim, descreve-se, a seguir, o estudo experimental.

3. Estudo experimental

3.1. Questões de investigação e hipóteses

Com o objetivo geral de verificar que variáveis individuais modulam a influência do PE¹⁸ na fala de falantes nativos do PB que emigraram para Portugal em idade adulta, questiona-se o seguinte:

Questão 1: Até que ponto podem os nativos do PB imigrados em Portugal ser percecionados como falantes do PE por falantes nativos da variedade europeia?

Questão 2: O grau de sotaque dos imigrantes detetado pelos nativos do PE é moldado por fatores individuais dos imigrantes (idade de chegada, tempo de residência, exposição ao PE em casa, exposição ao PE no trabalho, identificação com Portugal e vontade de ser percecionado como um português)?

¹⁶ Apesar de Kupisch et al. (2023) não discorrerem sobre isto, uma explicação para tal diferença poderá residir naquilo que Siegel (2010, p. 60) defende: ao interagir com um falante bidialetal, o foco de um falante nativo do mesmo D1 recai sobre os traços adquiridos do D2; já o foco de um falante nativo do D2 recai sobre os traços não adquiridos. Neste sentido, os avaliadores nativos do PB, por se focarem nos traços supostamente adquiridos do PE, podem ser confundidos por eles, diminuindo a sua certeza relativamente ao sotaque dos imigrantes tardios. Por outro lado, os avaliadores nativos do PE focam-se nos traços do PB, os quais provavelmente aparecem mais frequentemente, aumentando o seu grau de certeza. Ao mesmo tempo, isto também poderá explicar o porquê de não os julgarem a par com os controlos falantes do PB: por mais que os traços do PE não sejam o seu foco, eles ainda estão presentes e deverão ser de alguma forma percecionados e as suas avaliações refletem tal facto.

¹⁷ De facto, Oliveira (2022, pp. 33–39) descreve, a partir de comentários em redes sociais e em notícias jornalísticas, preconceitos pelos quais brasileiros imigrados em Portugal passaram devido à variedade do português que falam.

¹⁸ Seguindo um modelo conexionista da produção da linguagem (vd. Blanco-Elorrieta & Caramazza, 2021), assume-se neste trabalho que as evidências de influência, ainda que não emergjam consistentemente nas produções dos indivíduos, correspondem à aquisição dessas propriedades.

Hipotetiza-se o seguinte:

Hipótese 1: Similarmente ao que Kupisch et al. (2023) observaram, espera-se que esses falantes sejam percecionados como falantes do PB, mas com um grau de certeza mais baixo em comparação aos não imigrados, sugerindo uma possível influência fonológica do PE na sua fala.

Hipótese 2: Seguindo a literatura na área de AD2, espera-se um efeito dos fatores individuais, mas estes não serão transversais a todos os participantes, dada a variabilidade dos contextos de aquisição e do perfil dos imigrantes.

3.2. Metodologia

3.2.1. Participantes

Para o atingimento dos objetivos, realizou-se uma Tarefa de Percepção de Sotaques inspirada na tarefa aplicada por Kupisch et al. (2023). Um total de 63 falantes nativos do PE voluntariou-se, mas 15 foram excluídos por terem indicado no questionário sociolinguístico que viveram noutro país de língua oficial portuguesa ou que eram filhos de falantes de variedades do português que não a europeia. Dos 47 participantes (21 mulheres, 1 não-binário) cujos dados foram analisados, o questionário sociolinguístico apontou que todos eram escolarizados ao nível do ensino secundário, encontrando-se a pluralidade na faixa etária entre os 18 e os 29 anos (46,81%). Provinham de diversas regiões do país, sendo a maioria oriunda da região de Lisboa e Vale do Tejo (53,19%). Ademais, relatavam estar, em média, expostos ao PB e a variedades africanas do português a uma taxa de pouco mais de um terço durante uma semana típica (Tabela 2).

Tabela 2

Perfil Sociolinguístico dos Avaliadores

<i>N</i>	47
Género	Feminino = 21 Masculino = 25 Não-binário = 1
Faixa Etária	18-29 = 22 30-39 = 5 40-49 = 8 Mais de 50 = 13
Escolaridade	Secundário = 7 Superior = 24 Pós-Graduação = 16
Origem	Açores = 1 Alentejo = 1 Algarve = 7 Centro = 4 Lisboa e Vale do Tejo = 25 Madeira = 1 Norte = 8
Média de frequência de exposição a outras variedades do português numa semana típica (intervalo)	41% (0 – 97)

3.2.2. Instrumento e procedimento

A tarefa foi administrada online por meio da plataforma Gorilla Software Builder¹⁹ (Anwyl-Irvine et al., 2019) durante o mês de setembro de 2024. Os avaliadores inicialmente completaram o questionário

¹⁹ www.gorilla.sc

sociolinguístico e em seguida realizaram a tarefa. Inicialmente, viam no ecrã uma cruz por 1000ms. Assim que desaparecesse, um ícone de som surgia e um áudio começava a tocar automaticamente. Os participantes foram instruídos a ouvi-lo e avaliar se o falante era brasileiro ou português, bem como o grau de certeza que tinham desse julgamento, por meio duma escala que surgia por debaixo do ícone de áudio quando o áudio terminava. Podiam também, se quisessem, carregar outra vez no ícone de áudio para ouvi-lo por (somente) mais uma vez.²⁰ Após terem tomado uma decisão, o processo repetia-se. A Figura 1 esquematiza a visão que os participantes tinham durante a realização da tarefa:

Figura 1

Ecrã de Realização da Tarefa



No total, tiveram de avaliar 50 trechos de áudios que provinham do banco de dados de Pereira (em preparação). Neles, ouvem-se os falantes a narrar um excerto a que assistiram de um filme mudo estrelado por Charles Chaplin, no qual, ao perambular por um zona degradada, encontra um bebé abandonado num beco e procura uma maneira de resolver este problema, encontrando diferentes personagens pelo caminho.²¹ Estes trechos continham cerca de 11 segundos cada com pouca ou nenhuma pausa ou hesitação por parte dos falantes. Ademais, priorizaram-se trechos neutros, isto é, que não incluíssem pistas lexicais ou morfossintáticas que pudessem identificar a variedade nativa do falante. Trinta trechos de áudios correspondiam a falantes do PB a residir em Portugal (EXP) (12), 8 áudios correspondiam a falantes do PB a residir no Brasil (CPB) (13) e 12 áudios correspondiam a falantes do PE a residir em Portugal (CPE) (14). Estes dois últimos grupos serviram de grupos de controlo. O perfil destes falantes está descrito na Tabela 3.

(12) ... esse beco é um beco onde há muito lixo e, portanto, é a ideia de pouco valor que ali está e ele... ele vai em direção à saída do beco...

(13) ... quando ela se deu conta que não era a criança dela, brigou com ele, enfim, e fez com que ele retirasse a criança do carrinho...

(14) ... o vídeo é um excerto de um filme do Charles Chaplin em que a personagem do Chaplin anda num cenário meio destruído...

²⁰ Adianta-se aqui que nenhum dos avaliadores fez uso deste artifício.

²¹ A cena da qual se extraiu o excerto pode ser vista na plataforma YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=eO1HvF2G2Sw>

Tabela 3*Perfil dos Grupos de Controlo (CPB e CPE) e do Grupo Experimental (EXP)*

<i>n</i>	CPB	EXP	CPE
	8	30	12
Género	Feminino = 4 Masculino = 4	Feminino = 21 Masculino = 9	Feminino = 6 Masculino = 6
Média de idade (intervalo)	34 (22 – 44)	41;7 (24 – 63)	29;2 (19 – 42)
Escolaridade	Secundário = 3 Superior = 3 Pós-Graduação = 2	Secundário = 2 Superior = 8 Pós-Graduação = 20	Secundário = 4 Superior = 6 Pós-Graduação = 2
Origem²²	Nordeste = 4 Sul = 4	Centro-Oeste = 3 Nordeste = 4 Sudeste = 17 Sul = 6	Alentejo = 1 Algarve = 4 Centro = 1 Lisboa e Vale do Tejo = 4 Norte = 2

Os falantes do grupo experimental chegaram a Portugal a partir dos 18 anos de idade ($M = 31;6$) e residiam em diversas regiões de Portugal continental, sendo a maioria na região de Lisboa e Vale do Tejo (60%), há, no mínimo, seis anos ($M = 10;6$). Numa semana típica, relataram estar mais expostos ao PE no ambiente de trabalho (70%) do que em casa (43,9%). Relativamente à sua identificação com Portugal, relatam identificar-se com este país numa média de 6,27 numa escala de 0 a 10, em que 0 correspondia a “nenhuma identificação” e 10 a “identificação total”. Sobre a sua motivação autodeclarada em falar o PE, a média foi de 4,03 numa escala de 0 a 10, em que 0 correspondia a “nenhuma motivação” e 10 a “motivação total”. A sua vontade de serem percecionados como falantes do PE em interações com desconhecidos portugueses atingiu uma média de 2,93 numa escala de 0 a 10, em que 0 correspondia a “nenhuma vontade” e 10 a “vontade total”. Por fim, por meio duma escala em que 0 significava “nenhuma diferença” e 10 “completamente diferentes”, consideram a pronúncia das duas variedades diferente ($M = 7,47$; $DP = 1,99$). Além disso, quando questionados sobre o aspeto que mais lhes causou dificuldade na compreensão dos falantes do PE ao chegarem a Portugal, 23 (76,7%) dos participantes relataram ser a pronúncia o principal fator. Similarmente, metade dos falantes refere ser a sua pronúncia o aspeto com que os falantes do PE mais tinham dificuldade aquando da sua chegada a Portugal. A Tabela 4 reúne estes dados:

²² Um revisor anónimo questiona o facto de o grupo CPB não conter falantes do Sudeste, a região mais representativa entre os imigrantes. Sobre isto, recorda-se que os áudios provinham do banco de dados de Pereira (em preparação), o qual não continha amostras de falantes do Sudeste. No entanto, como se verá mais adiante, os resultados assemelham-se aos de Kupisch et al. (2023) cujos participantes do grupo de controlo PB provinham de diversas regiões do Brasil. Neste sentido, não parece que esta lacuna poderá ter sido relevante para os resultados deste estudo.

Tabela 4

Perfil dos Imigrantes

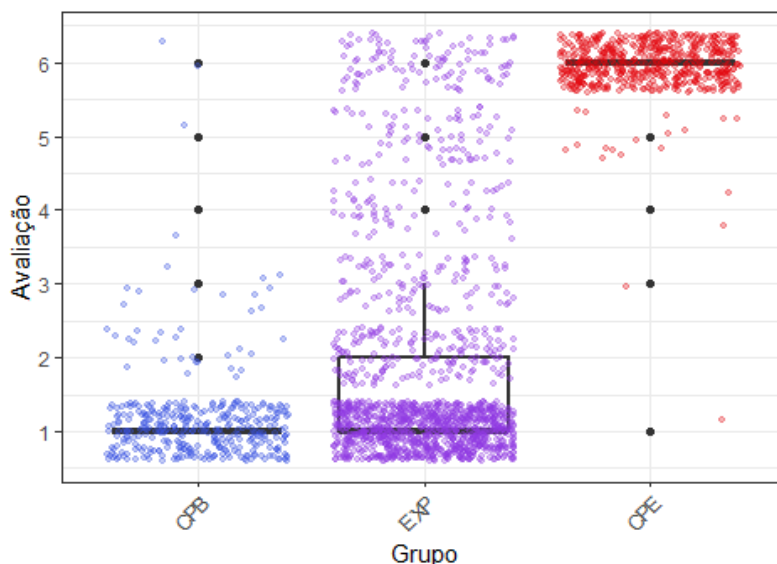
Residência	Alentejo = 1 Algarve = 1 Centro = 5	Lisboa e Vale do Tejo = 18 Norte = 5
Idade de chegada (média e intervalo)	31,6 (18 – 57)	
Tempo de residência (média e intervalo)	10,6 (6 – 34)	
Exposição ao português em casa (média e intervalo)	PB = 56,1% (0 – 100)	PE = 43,9% (0 – 100)
Exposição ao português no trabalho (média e intervalo)	PB = 30% (16,67 – 100)	PE = 70% (0 – 83,33)
Identificação com Portugal (média e intervalo)	6,27 (0 – 10)	
Motivação autodeclarada em falar PE (média e intervalo)	4,03 (0 – 10)	
Vontade de ser percecionado como falante do PE (média e intervalo)	2,93 (0 – 10)	
Perceção de distância fonológica (média e intervalo)	7,47 (5 – 10)	
Dificuldade mais frequente na compreensão do PE aquando da sua chegada	Estrutura da frase = 2 Pronúncia = 23 Vocabulário = 2 Sem problemas = 3	
Dificuldade mais frequente em serem compreendidos aquando da sua chegada	Estrutura da frase = 3 Pronúncia = 15 Vocabulário = 5 Sem problemas = 7	
Frequência com que portugueses já lhes disseram que têm um sotaque aporuguesado	Nunca = 5 Raramente = 13 Às vezes = 4 Frequentemente = 4 Muito frequentemente = 4	

3.3. Resultados

Para a análise (descritiva e estatística) dos resultados, utilizou-se o programa RStudio versão 2024.4.2.764 (Posit Team, 2024). Inicialmente, procedeu-se a uma conversão das respostas para uma escala de Likert de seis pontos codificada da seguinte maneira: 1 = brasileiro: tenho a certeza; 2 = brasileiro: tenho quase a certeza; 3 = brasileiro: não tenho a certeza; 4 = português: não tenho a certeza; 5 = português: tenho quase a certeza; 6 = português: tenho a certeza. A média aritmética das avaliações apontou que o grupo EXP obteve uma média de 1,88 (DP = 1,55), o grupo CPB obteve uma média de 1,17 (DP = 0,6) e o grupo CPE uma média de 5,95 (DP = 0,32). A distribuição das avaliações pode ser vista na Figura 2, em que cada ponto representa uma avaliação:

Figura 2

Gráfico de Caixas com as Avaliações da Tarefa de Avaliação de Sotaques por Grupo



Vê-se que as avaliações do grupo CPB se concentraram no valor 1, enquanto as avaliações do grupo CPE se concentraram no valor 6, ainda que, em ambos os grupos, tenha havido avaliadores que atribuíram outros valores aos áudios, mais notadamente no grupo CPB.²³ As avaliações do grupo EXP também se concentraram no valor 1; contudo, houve uma maior dispersão por toda a escala.

Devido à variável dependente (i.e., a avaliação) estar numa escala do tipo Likert, a análise estatística fez uso do pacote *ordinal* (Christensen, 2023) para a realização de modelos de regressão com dados ordinais. A avaliação da performance dos modelos foi feita pelo cálculo dos valores de R^2 (condicional e marginal) obtidos por meio do pacote *performance* (Lüdtke et al., 2021). Utilizando o grupo como efeito fixo e o avaliador e o falante como efeitos aleatórios, a análise intergrupos demonstrou que o grupo EXP é estatisticamente diferente do grupo CPB ($\beta = -1,948$, $z = -2,479$, $p = 0,013$) e do grupo CPE ($\beta = 9,782$, $z = 12,699$, $p < 0,001$) (Tabela 5²⁴):

Tabela 5

Modelo de regressão ordinal entre grupos

	β	erro padrão	valor z	valor p
CPB	-1,948	0,786	-2,479	0,013*
CPE	9,782	0,770	-12,699	< 0,001*

Nota. R^2 Condicional = 0,882; R^2 Marginal = 0,695

²³ É possível notar áudios do grupo CPB avaliados acima do valor 3, bem como áudios do grupo CPE avaliados abaixo do valor 4. Embora isto possa sugerir que determinados falantes dos grupos de controlo pudessem ser percebidos como falantes da outra variedade, salienta-se que, assim que um participante seleccionasse a sua resposta, a tarefa avançava. Neste sentido, se o participante o fizesse involuntariamente, já não era possível alterar a resposta. Em função do número residual de casos, é mais provável que essas avaliações especificamente tenham sido fruto desse tipo de descuido.

²⁴ Os valores na tabela referem-se à comparação de cada grupo de controlo com o grupo experimental. Note-se que, diferentemente de outros modelos, as regressões ordinais não apresentam valores para o intercepto.

Para a análise das variáveis individuais do grupo experimental, computou-se um modelo²⁵ (Tabela 6) contendo o avaliador e o falante como efeitos aleatórios e como efeitos fixos as seguintes variáveis: idade de chegada (IDEC), tempo de residência (TDER), exposição ao PE em casa (EXPC), exposição ao PE no trabalho (EXPT), identificação com Portugal (IDPT) e a vontade de ser percecionado como falante do PE por portugueses (QRPT). Verificou-se que somente as variáveis IDEC e QRPT apresentaram significância estatística ($ps \leq 0,039$), sugerindo, respetivamente, que quanto mais cedo o imigrante tiver chegado a Portugal e quanto maior for a vontade de ser percecionado como falante do PE por portugueses, maior é a probabilidade de ser avaliado como português na tarefa de percepção de sotaques (vd. Figura 1).

Tabela 6

Modelo de Regressão Ordinal com as Variáveis Individuais

	β	erro padrão	valor z	valor p
IDEC	-0,062	0,030	-2,067	0,039*
TDER	0,046	0,042	1,094	0,274
EXPC	0,011	0,008	1,407	0,159
EXPT	0,011	0,014	0,841	0,400
IDPT	0,126	0,095	1,330	0,184
QRPT	0,406	0,068	5,982	< 0,001*

Nota. R² condicional = 0,689; R² marginal = 0,361

Note-se que os dados dos modelos estatísticos consideram os resultados a nível do grupo. Para uma melhor visualização da variabilidade individual, optou-se por realizar uma análise detalhada das avaliações que os imigrantes receberam. Primeiramente, calculou-se a média aritmética das avaliações de cada participante e constatou-se que, dos 30 áudios incluídos na amostra, apenas nove possuíam uma média aritmética maior do que a do grupo; destes, quatro (A, B, C e D) eram percecionados como brasileiros, mas com um nível de certeza mais baixo, um (E) esteve basicamente no ponto central (o que se pode interpretar como falta de certeza de que seja brasileiro ou português), e quatro (F, G, H, e I) foram percecionados como portugueses, mas com diferentes graus de certeza (Tabela 7):

Tabela 7

Média do Grupo Experimental e dos Participantes com as Maiores Médias

	Grupo	A	B	C	D	E	F	G	H	I
Média	1,88	1,94	2,02	2,21	2,34	3,47	3,72	3,79	4,72	5,47

Para referência, calcularam-se as médias das variáveis para dois grupos, um (Alto) contendo os nove falantes supramencionados e outro (Baixo) contendo os demais falantes (Tabela 8):

Tabela 8

Comparação entre as Médias dos Grupos Alto e Baixo por Variável Individual

Grupo	Média	IDEC	TDER	EXPC	EXPT	IDPT	QRPT
Alto	3,30	27;6	15;11	70,37%	81,48%	6,33	5,67
Baixo	1,28	33;3	8;3	32,54%	65,08%	6,24	1,76

Vê-se, portanto, que não só a média das avaliações para o grupo Alto (3,30) é superior à do grupo Baixo (1,28), mas também a pontuação em todas as outras variáveis se mostra superior naquele grupo, à exceção da média de idade de chegada. Por fim, organizaram-se os dados de modo que demonstrassem como cada falante

²⁵ Outro modelo elaborado confirmou o facto de que os falantes que relatavam ouvir que tinham um sotaque “aportuguesado” mais frequentemente tiveram, tendencialmente, avaliações mais altas ($\beta = 0,056$, $z = 7,017$, $p < 0,001$).

respondeu às questões sobre as variáveis individuais na Figura 3, destacando-se em cinzento as respostas dos nove falantes do grupo Alto:

Figura 3

Distribuição das Respostas dos Participantes por Variável Individual

IDEC	TDER	EXPC	EXPT	IDPT	QRPT
18	6	0	16,67	0	0
20	6	0	33,33	0	0
20	6	0	33,33	1	0
22	6	0	50	1	0
23	6	0	50	4	0
23	6	0	50	5	0
23	6	0	50	5	0
23	6	0	50	5	0
23	6	0	66,67	5	0
25	6	0	66,67	5	0
27	6	33,33	66,67	6	0
29	7	33,33	66,67	6	0
30	7	33,33	66,67	6	0
30	7	50	66,67	7	0
30	7	50	66,67	7	1
30	8	50	83,33	7	2
31	8	50	83,33	7	2
32	9	50	83,33	7	2
32	9	50	83,33	7	3
33	9	50	83,33	7	4
33	9	66,67	83,33	8	5
33	10	66,67	83,33	8	5
35	13	66,67	83,33	8	5
39	15	83,33	83,33	8	5
42	16	83,33	83,33	8	5
42	16	100	83,33	10	9
44	17	100	83,33	10	10
47	22	100	100	10	10
49	26	100	100	10	10
57	34	100	100	10	10

Nota. Destaque cinzento nas respostas dos participantes do grupo Alto

Apresenta-se a discussão dos dados a seguir.

4. Discussão

Este estudo teve como objetivo complementar os dados obtidos por Kupisch et al. (2023) na sua Tarefa de Avaliação de Sotaques com imigrantes nativos do PB em Portugal ao analisar que variáveis individuais poderiam modular a influência do PE no sotaque de imigrantes adultos. O estudo original de Kupisch et al.

(2023) considerou apenas a idade de chegada dos participantes e demonstrou que, ao passo que os imigrantes precoces adaptavam a sua fala em direção à variedade do modo em que estavam a ser testados, o mesmo não se pôde dizer relativamente aos imigrantes tardios (cf. Tabela 3). Embora os avaliadores os tenham percecionado como brasileiros, o nível de certeza que apresentavam sobre tal facto era mais baixo do que o grau de certeza que tinham de que os falantes do grupo de controlo eram brasileiros, uma diferença estatisticamente significativa. Mais além, isto ocorreu independentemente do modo, ou seja, tanto no modo PB, quanto no modo PE, não foram percecionados a par com os falantes dos grupos de controlo, indicando que se encontram em pontos intermédios no contínuo dialetal PB-PE (cf. Chambers, 1992, p. 695), embora esse ponto se encontre mais próximo do PB do que do PE, confirmando a existência de influência do PE na sua fala, a qual se estende até mesmo a situações em que não precisariam de usar o PE (e.g., no modo PB).

Dada a Questão 1 deste estudo (*Até que ponto podem os nativos do PB imigrados em Portugal ser percecionados como falantes do PE por falantes nativos da variedade europeia?*), o desenho experimental considerou apenas a fala de imigrantes tardios ao serem entrevistados por um falante nativo do PE (i.e., modo PE no estudo supracitado) e avaliações de nativos do PE relativamente ao sotaque desses imigrantes. Viu-se que os avaliadores facilmente identificaram os controlos brasileiros e portugueses; já os imigrantes foram, a nível de grupo, identificados como brasileiros, mas com um grau de certeza significativamente mais baixo comparativamente aos brasileiros não imigrados, havendo um subgrupo de nove participantes cujas médias foram superiores à média do grupo de imigrantes. Estes resultados apresentam-se em linha com o que a Hipótese 1 previa e confirmam os resultados de Kupisch et al. (2023), ao observar-se que, em geral, os imigrantes tardios apresentam um certo grau de influência do PE na sua fala que os diferem dos nativos do PB residentes no Brasil (Tabela 9). Notavelmente, os resultados assemelham-se mesmo com as amostras alargadas de áudios e de avaliadores utilizadas neste estudo.

Tabela 9

Comparação entre os Resultados deste Estudo e de Kupisch et al. (2023)

	Este estudo	Kupisch et al. (2023)
Grupo de controlo PB	1,17	1,07
Imigrantes tardios	1,88	1,80
Grupo de controlo PE	5,95	6,00

A segunda análise realizada teve como intuito relacionar certas variáveis individuais com os resultados da Tarefa de Avaliação de Sotaque para responder à Questão 2 (*O grau de sotaque dos imigrantes detetado pelos nativos do PE é moldado por fatores individuais dos imigrantes (idade de chegada, tempo de residência, exposição ao PE em casa, exposição ao PE no trabalho, identificação com Portugal e vontade de ser percecionado como um português?)*). Os resultados demonstraram que, dentre as variáveis analisadas, somente a idade de chegada e a vontade de querer ser percecionado como português por portugueses foram estatisticamente significantes (cf. Tabela 6), o que possibilita uma resposta afirmativa parcial à Questão 2.

A idade de chegada costuma ser um fator importante quando se consideram imigrantes durante o período sensível para a aquisição da fonologia (cf. Long, 2007), pelo que se compreenderia a ausência de significância estatística com o grupo experimental deste estudo, pois todos chegaram a Portugal após os 18 anos de idade. Porém, os resultados indicam uma tendência para uma maior probabilidade de ser percecionado como português quanto mais cedo o imigrante tiver chegado a Portugal. De facto, como visto na Figura 1, há diversas avaliações a rondar os valores 5 e 6 (os quais equivalem, respetivamente, a “português: tenho quase a certeza” e “português: tenho a certeza”). Embora isto se aplique, provavelmente, ao subgrupo com maiores avaliações (Tabelas 7 e 8), é possível que os mecanismos para a aquisição de propriedades fonológicas de outro sistema linguístico possam estar ativos mesmo após o período sensível, especialmente se outros fatores individuais estiverem presentes, como a vontade de ser percecionado como português.

Neste sentido, tal resultado sugere que, para estes imigrantes, uma parte importante de “ser português” abarca a variedade do português falada em Portugal, o que contrasta com a identificação com Portugal, que não apresentou diferença estatisticamente significativa. Lembra-se que estes imigrantes consideram alta a distância a nível fonológico entre as duas variedades, sendo também esta a componente em que mais encontraram dificuldade aquando da sua chegada a Portugal (cf. Tabela 4). É provável que, globalmente, deverá ser a fonologia a componente gramatical que mais associam a um português, sugerindo que será principalmente por esta via que a vontade de ser percecionado como um se manifestará. Note-se, porém, que ser percecionado como português não se resume apenas à variedade do português em Portugal: há também um nível extralinguístico, que inclui fatores culturais e comportamentais, bem como a inserção dos falantes na comunidade portuguesa, e poderá moldar a perceção de que alguém é português (vd. Sobral, 2012, para uma discussão). Com efeito, um indivíduo surdo-mudo poderá ser percecionado como português por meio desses outros fatores; logo, o nível linguístico, apesar de relevante, não será exclusivo. Assim, sugere-se que investigações futuras que tencionem recolher dados sobre estas variáveis sejam mais explícitas sobre o tipo de informação que pretendem obter dos falantes.

Voltam-se as atenções agora para as variáveis que não apresentaram significância estatística. Sobre o tempo de residência, a literatura em AD2 já sugere que um aumento no tempo de residência não leva a um aumento expressivo na produção de variantes do D2, pelo que este resultado não é de todo surpreendente. Não obstante, salienta-se que sete dos nove falantes com a média mais alta (grupo Alto, referido na subsecção anterior) residiam em Portugal havia pelo menos 9 anos aquando da realização do estudo. Por outro lado, visto que metade da amostra residia em Portugal havia seis ou sete anos, poderá ter ocorrido um efeito da falta de variabilidade nos dados, pelo que se sugere que este ponto seja visto com mais atenção futuramente.

Ressalta-se, também, a inexistência de significância estatística na exposição ao PE, seja em casa, seja no trabalho. Foreman (2003, p. 239) relata uma relação entre a exposição ao D2 em casa, mas não no trabalho, o que a autora considera advir do facto de o D2 ser a variedade principal utilizada nesse meio na zona de acolhimento, pelo que pouca variação se deteta neste âmbito a ponto de estabelecer algum tipo de associação (vd. Nota 2). De facto, neste estudo, os falantes relatam estar expostos ao PE no trabalho cerca de 70% do seu tempo; mais além, 22 dos 30 participantes reportam estar expostos a esta variedade pelo menos dois terços do seu tempo (vd. Figura 3), o que parece insinuar que, novamente, a baixa variabilidade estará por detrás da sua falta de significância.

Ademais, poder-se-ia considerar que os falantes mais expostos ao PE no trabalho seriam os que mais se adaptariam a esta variedade, apresentando, a longo prazo, uma maior influência do PE na sua fala, dado o nível mais formal do ambiente de trabalho, o qual poderá criar pressões sociolinguísticas no sentido de reforçarem o uso duma norma (vd. Holmes & Stubbe, 2003); estas pressões não estariam presentes no ambiente domiciliar. Sem embargo, é preciso clarificar que, mais além da simples exposição ao PE, se faz também necessário determinar que tipo de trabalho esses falantes exercem. Ou seja, mesmo que dois indivíduos estejam expostos ao PE com a mesma frequência no ambiente de trabalho, isto não significa que a possível pressão sociolinguística que sofrerão será a mesma. Finalmente, mais além da frequência de exposição ao PE, também se deve questionar se os imigrantes passam a mesma quantidade de horas nesses ambientes (casa e trabalho), algo em que investigações futuras se podem debruçar.

Os desfechos reportados, embora curiosos, não são inesperados. A Hipótese 2 já previa que as atitudes individuais e a exposição ao *input* seriam relevantes para a AD2, mas não seriam determinantes. A distribuição dos dados na Figura 3 mostra que as respostas dos participantes do grupo Alto se encontram, em geral, na base da tabela, exceto a idade de chegada, o que corrobora, em grande parte, os resultados do modelo de regressão ordinal (cf. Tabela 6). Ao mesmo tempo, verifica-se uma falta de linearidade nos resultados. Tome-se, por exemplo, a vontade de ser percecionado como português: embora quatro falantes do grupo Alto indiquem uma vontade total (ou quase total) de ser percecionado como português, outros três têm nenhuma (ou quase nenhuma) vontade, enquanto outros dois se situam num ponto intermédio. Por outro lado, um participante do grupo Baixo indica que uma vontade total de ser percecionado como português, ao passo que alguns outros se

encontram num ponto intermédio. Uma tendência similar observa-se com as outras variáveis, o que demonstra como as experiências dos imigrantes são tão particulares que cada variável poderá ter um peso distinto para cada um deles.

Por sinal, até mesmo quando o perfil dos imigrantes se assemelha é possível encontrar variabilidade. Trudgill (1986) relata o caso peculiar de irmãos gémeos canadianos imigrados na Austrália. Os seus perfis eram basicamente idênticos: tinham a mesma idade de chegada, o mesmo tempo de residência aquando da participação na pesquisa, frequentavam a mesma escola, tinham o mesmo grau de exposição ao *input*, tanto do inglês canadiano, quanto do inglês australiano, entre outros fatores. Ainda assim, cada um adquiriu propriedades fonológicas distintas do inglês australiano e, ao serem analisadas aquelas propriedades que ambos adquiriram, constatou-se que não foram adquiridas ao mesmo ritmo. Embora este caso seja aparentemente extremo, é de se concluir que, tendo os imigrantes neste estudo perfis sociolinguísticos particulares, a variabilidade apresentada não é surpreendente. Como argumenta Pereira (em preparação), “é possível que uma parte expressiva da variabilidade encontrada em estudos em AD2 provenha da variabilidade encontrada entre os perfis dos participantes.”

Por fim, salienta-se que o facto de um falante não apresentar indícios de influência do PE não significa que elas não existam (cf. Nycz, 2015). Isto é, neste estudo, os avaliadores tomaram a sua decisão baseados em trechos de fala de cerca de 11 segundos extraídos de um contexto específico (a narração de um excerto de um filme). Ademais, recorde-se de que foi feito um esforço para evitar trechos que incluíssem pistas lexicais e morfossintáticas das variedades nos áudios analisados. Neste sentido, poderá ser o caso de a influência fonológica tender a surgir associada a propriedades de outras componentes gramaticais, especialmente se se considera um modelo conexionista da produção da linguagem (cf. Blanco-Elorrieta & Caramazza, 2021; veja-se também Lones et al., 2023).

Ademais, mesmo que no trecho utilizado para a pesquisa nenhum indício possa ter estado presente, isto não significa que os falantes não os apresentem noutras situações fora do contexto experimental desta pesquisa. Com efeito, Siegel (2010, p. 5) comenta que os falantes em contextos de imersão noutra variedade poderão acomodar (cf. Giles et al., 1973) a sua fala (por meio da sua monitorização) de modo que fique mais próxima (expressando aprovação ou solidariedade) ou mais distante da do interlocutor (expressando desaprovação ou distância), o que requer processos mais conscientes de controlo da produção linguística. Não obstante, por ora, não se pode determinar precisamente com estes dados que mecanismo(s) psicolinguístico(s) específico(s) poderá(ão) estar por detrás da presença (e da ausência) de indícios de influência do PE no sotaque da população estudada.

5. Considerações finais

Em suma, este estudo atingiu o objetivo proposto: determinar se e quais variáveis associadas à exposição ao PE e às atitudes individuais dos falantes nativos do PB imigrados em Portugal condicionavam a influência fonológica do PE na sua fala. Relativamente à avaliação global do sotaque dos participantes, ao replicar a Tarefa de Avaliação de Sotaques de Kupisch et al. (2023) com esta mesma população, obtiveram-se resultados extremamente semelhantes, reforçando o facto de que adquirir nem que sejam alguns traços fonológicos de outro dialeto é possível.

Importantemente, salienta-se que a tarefa, tal como foi constituída, avaliou somente a perceção global do sotaque dos participantes. Kupisch et al. (2023) relatam que alguns avaliadores no seu estudo apontaram informalmente certos traços segmentais e suprasegmentais que influenciaram a sua decisão. Por exemplo, mencionaram o uso elevado de [j] em posição de coda silábica (tendencialmente realizada como [s] no PB), as vogais mais curtas e um discurso mais rápido dos imigrantes precoces no modo PB, e o falar mais “rítmico” dos imigrantes tardios no modo PE, o que parece refletir o ritmo silábico associado ao PB, com menos redução vocálica e epêntese (cf. Subsecção 2.2). Neste sentido, poderá ser também interessante avaliar que traços fonológicos específicos têm maior probabilidade de serem adquiridos (e aqueles que mais resistem à mudança)

e se são os mesmos que servem como pista para os avaliadores decidirem se o falante é brasileiro ou português. Ademais, visto que tanto o PB quanto o PE apresentam variação diatópica na componente fonológica (cf. Battisti, 2021; Vigário, 2022), será igualmente interessante determinar a importância das propriedades específicas do dialeto falado nas regiões de origem dos imigrantes e do dialeto falado nas suas zonas de residência em Portugal para este processo.

Sobre os fatores individuais, identificaram-se a idade de chegada e a vontade de ser percecionado como português como fatores relevantes na modulação dessa influência, corroborando a literatura na área, que demonstra a importância de tais variáveis para a AD2 e para a aquisição de sotaque não nativo (cf. Subsecções 2.1 e 2.3). Contudo, ainda não está claro como a vontade de ser percecionado português age neste processo; isto é, não se consegue determinar que “incentivo” poderão ter estes falantes ao serem percecionados como portugueses. Dada a breve revisão da literatura na Subsecção 2.3, percebe-se que a percepção de sotaques não nativos por falantes nativos influenciará a experiência que os imigrantes têm na zona de acolhimento. No contexto de contacto entre o PB e o PE em Portugal, indaga-se se esta não poderá ser uma estratégia para minimizar algum tipo de impacto social (ou obter algum tipo de benefício social), dados os relatos de preconceito contra brasileiros decorrentes da sua identificação como tal por meio da sua fala (vd. Oliveira, 2022, pp. 33–39). Por outro lado, não se descartam também possíveis efeitos duma reestruturação das suas gramáticas devido à exposição ao PE, sem haver, à partida, motivações sociais (cf. Nycz, 2015; Siegel, 2010, p. 5). Logo, sugere-se que investigações futuras interseccionem diferentes áreas, como a Sociolinguística e a Psicolinguística, ao considerarem mais detalhadamente as atitudes dos imigrantes e as suas experiências na zona de acolhimento, sem ignorar os contextos em que as interações ocorrem e os efeitos associados, por exemplo, à recência do uso do D2 e a exposição a ele, tendo sempre em conta a utilização de metodologias variadas que possam trazer diferentes perspetivas sobre o processo de AD2.

Agradecimentos

Agradece-se à Professora Doutora Tanja Kupisch (Universidade de Lund) pela assistência no estabelecimento do protocolo para este estudo, à Professora Doutora Ana Madeira e à Professora Doutora Alexandra Fiéis (Universidade NOVA de Lisboa) pelo auxílio na interpretação dos resultados, aos revisores anónimos pelos comentários e sugestões, ao público do 40.º Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística e à equipa editorial da Revista da Associação Portuguesa de Linguística. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/03213 – Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (CLUNL) e da bolsa de doutoramento 2021.05667.BD atribuída ao primeiro autor deste artigo.

Referências

- Abercrombie, D. (1967). *Elements of general phonetics*. Aldine.
- Anwyl-Irvine, A., Massonnié, J., Kirkham, N., & Evershed, J. (2019). Gorilla in our midst: An online behavioral experiment builder. *Behavior Research Methods*, 52, 358–407. <https://doi.org/10.3758/s13428-019-01237-x>
- Barbosa, P., Papa, P. B., Silva, B. A., & Mourão, N. (2019). Harmonia vocálica e coarticulação vogal a vogal em duas variedades do português brasileiro. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 35(2). <https://doi.org/10.1590/1678-460x2019350202>
- Battisti, E. (2021, 23 fevereiro). Phonological variation and change in Brazilian Portuguese. *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199384655.013.488>
- Blanco-Elorrieta, E., & Caramazza, A. (2021). A common selection mechanism at each linguistic level in bilingual and monolingual language production. *Cognition*, 213, 104625. <https://doi.org/10.1016/j.cognition.2021.104625>

- Boyd, S. (2003). Foreign-born teachers in a multilingual classroom in Sweden: The role of attitudes to foreign accent. *International Journal of Bilingual Education and Bilingualism*, 6(3), 283–295. <https://doi.org/10.1080/13670050308667786>
- Callou, D. (2009). Um perfil da fala carioca. In S. S. C. Ribeiro, S. B. B. Costa & S. A. M. Cardoso (Eds.), *Dos sons às palavras: Nas trilhas da língua portuguesa* (pp. 129–152). EDUFBA.
- Castro, T., Rothman, J., & Westergaard, M. (2016). Comparing anaphora resolution in early and late Brazilian Portuguese-European Portuguese bidialectal bilinguals: Theoretical and experimental issues. *Revista Española de Lingüística Aplicada*, 29, 429–461. <https://doi.org/10.1075/resla.29.2.03cas>
- Castro, T., Rothman, J., & Westergaard, M. (2017). On the directionality of cross-linguistic effects in bidialectal bilingualism. *Frontiers in Psychology*, 8, 1–14. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01382>
- Castro, T., Rothman, J., & Westergaard, M. (2020). Syntactic contrasts in early and late Brazilian Portuguese-European Portuguese bidialectal bilinguals: Data from production. In K. V. Molsing, C. B. Perna & A. M. Ibaños (Eds.), *Linguistic approaches to Portuguese as an additional language* (pp. 35–59). J. Benjamins. <https://doi.org/10.1075/ihll.24.02cas>
- Chambers, J. K. (1992). Dialect acquisition. *Language*, 68, 673–705. <https://doi.org/10.2307/416850>
- Chevrot, J., & Ghimenton, A. (2018). Bilingualism and Bidialectalism. In A. de Houwer & L. Ortega (Eds.), *The Cambridge handbook of bilingualism* (pp. 510–523). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/9781316831922.026>
- Christensen, R. (2023). *ordinal - Regression Models for Ordinal Data* (R package version 2023.12-4.1). Obtido em <https://CRAN.R-project.org/package=ordinal>
- Dragojevic, M., & Giles, H. (2016). I don't like you because you're hard to understand: The role of processing fluency in the language attitudes process. *Human Communication Research*, 42(3), 396–420. <https://doi.org/10.1111/hcre.12079>
- Dupoux, E., Parlato, E., Frota, S., Hirose, Y., & Peperkamp, S. (2011). Where do illusory vowels come from? *Journal of Memory and Language*, 64, 199–210. <https://doi.org/10.1016/j.jml.2010.12.004>
- Edwards, J. (1999). Refining our understanding of language attitudes. *Journal of Language and Social Psychology*, 18, 101–110. <https://doi.org/10.1177/0261927X99018001007>
- Eisenstein, M. (1983). Native reactions to non-native speech: A review of empirical research. *Studies in Second Language Acquisition*, 5, 160–176.
- Ekberg, L., & Östman, J. (2020). Identity construction and dialect acquisition among immigrants in rural areas - The case of Swedish-language Finland. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 1–14. <https://doi.org/10.1080/01434632.2020.1722681>
- Fiske, S. T. (2018). Stereotype content: Warmth and competence endure. *Current Directions in Psychological Science*, 27(2), 67–73. <https://doi.org/10.1177/0963721417738825>
- Foreman, A. (2003). *Pretending to be someone you're not: A study of second dialect acquisition in Australia* [Tese de Doutorado, Universidade de Monash]. <https://doi.org/10.4225/03/59c9f2bfcdc9b>
- Frota, S., & de Moraes, J. A. (2016). Intonation in European and Brazilian Portuguese. In W. L. Wetzels, J. Costa & S. Menuzzi (Eds.), *The handbook of Portuguese linguistics* (pp. 141–166). John Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781118791844.ch9>
- Frota, S., & Vigário, M. (2001). On the correlates of rhythmic distinctions. The European/Brazilian Portuguese case. *Probus*, 13, 247–273.
- Frota, S., Cruz, M., Svartman, F., Collischonn, G., Fonseca, A., Serra, C., Oliveira, P., & Vigário, M. (2015). Intonational variation in Portuguese: European and Brazilian varieties. In S. Frota & P. Prieto (Eds.), *Intonation in Romance* (pp. 235–283). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199685332.003.0007>
- Giles, H., & Smith, P. M. (1979). Accommodation theory: Optimal levels of convergence. In H. Giles & R. St Clair (Eds.), *Language and social psychology* (pp. 45–65). Blackwell.

- Giles, H., Taylor, D., & Bourhis, R. (1973). Toward a theory of interpersonal accommodation through speech: some Canadian data. *Language in Society*, 2, 177–192.
- Holmes, J., & Stubbe, M. (2003). *Power and politeness in the workplace: A sociolinguistic analysis of talk at work*. Pearson.
- Jacobs-Huey, L. (1997). Is there an authentic African American speech community? Carla revisited. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, 4, 331–370.
- Kupisch, T., Castro, T., Krämer, M., & Westergaard, M. (2023). Phonological influence in bilingual speakers of Brazilian and European Portuguese. *International Journal of Bilingualism*, 1–18. <https://doi.org/doi.org/10.1177/13670069231156341>
- Lecky, P. (1961). *Self-consistency, A theory of personality*. Shoe String Press.
- Lee, T. L., & Fiske, S. T. (2006). Not an outgroup, not yet an ingroup: Immigrants in the Stereotype Content Model. *International Journal of Intercultural Relations*, 30, 751–768. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2006.06.005>
- Lenneberg, E. (1967). *Biological foundations of language*. John Wiley.
- Lev-Ari, S., & Keysar, B. (2010). Why don't we believe in non-native speakers? The influence of accent on credibility. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46(6), 1093–1096. <https://doi.org/doi.org/10.1016/j.jesp.2010.05.025>
- Lønes, E. H., Kamide, Y., & Melinger, A. (2023). *Dialect-specific grammatical features: Evidence from abstract priming across the lexicon* [Manuscrito não publicado]. Universidade de Dundee.
- Long, M. H. (2007). *Problems in SLA*. Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Lorenzoni, A., Faccio, R., & Navarrete, E. (2024). Does foreign-accented speech affect credibility? Evidence from the illusory-truth paradigm. *Journal of Cognition*, 7(1), 26. <https://doi.org/doi.org/10.5334/joc.353>
- Lüdtke, D., Ben-Shachar, M. S., Patil, I., Waggoner, P., & Makowski, D. (2021). performance: An R package for assessment, comparison and testing of statistical models. *Journal of Open Source Software*, 6(60), 3139. <https://doi.org/10.21105/joss.03139>
- Mateus, M. H., & d'Andrade, E. (2000). *The phonology of Portuguese*. Oxford University Press.
- Nycz, J. (2015). Second dialect acquisition: A sociophonetic perspective. *Language and Linguistics Compass*, 9(11), 469–482. <https://doi.org/10.1111/lnc3.12163>
- Oliveira, B. D. (2022). *Quando se fala "brasileiro": o preconceito linguístico sofrido por brasileiros que vivem em Portugal* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba]. Repositório Institucional da Universidade Federal da Paraíba. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/23177>
- Payne, A. C. (1976). *The acquisition of the phonological system of a second dialect* [Tese de Doutorado, Universidade da Pensilvânia]. ProQuest Dissertations and Theses. <https://www.proquest.com/openview/6fe5af23f08899283da912501196be0b/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y>
- Payne, A. C. (1980). Factors controlling the acquisition of the Philadelphia dialect by out-of-state children. In W. Labov (Ed.), *Locating language in time and space* (pp. 143–178). Academic Press.
- Piske, T., MacKay, I. R., & Flege, J. E. (2001). Factors affecting degree of foreign accent in an L2: A review. *Journal of Phonetics*, 29, 191–215. <https://doi.org/10.006/jpho.2001.0134>
- Pereira, R. (2025). *Aquisição de segundo dialeto e erosão linguística: Os pronomes objeto nas gramáticas dos imigrantes adultos nativos do português brasileiro em Portugal* [manuscrito em preparação]. Universidade NOVA de Lisboa.
- Posit Team (2024). *RStudio: Integrated Development Environment for R*. Posit Software, PBC.
- Ramus, F., Nespor, M., & Mehler, J. (1999). Correlates of linguistic rhythm in speech. *Cognition*, 73, 265–292. [https://doi.org/10.1016/S0010-0277\(00\)00101-3](https://doi.org/10.1016/S0010-0277(00)00101-3)
- Rennicke, I. E. (2015). *Variation and change in the rhotics of Brazilian Portuguese* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <http://hdl.handle.net/1843/MGSS-A8ZH8U>

- Rickford, J. R., & Rickford, R. J. (2000). *Spoken soul: The story of Black English*. John Wiley.
- Rodrigues, C. (2024). Sound variation in European Portuguese. In A. Zampaulo (Ed.), *The Routledge handbook of Portuguese phonology* (pp. 201–221). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003266648-14>
- Ryan, E. B. (1983). Social psychological mechanisms underlying native speaker evaluations of non-native speech. *Studies in Second Language Acquisition*, 5, 148–159.
- Siegel, J. (2010). *Second Dialect Acquisition*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511777820>
- Sobral, J. M. (2012). *Portugal, portugueses: Uma identidade nacional*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Southwood, M. H., & Flege, J. (1999). Scaling foreign accent: Direct magnitude estimation versus interval scaling. *Clinical Linguistics and Phonetics*, 13(5), 335–349. <https://doi.org/10.1080/026992099299013>
- Stanford, J. N. (2008). A sociotonic analysis of Sui dialect contact. *Language Variation and Change*, 20, 1–42. <https://doi.org/10.1017/S0954394508000161>
- Trudgill, P. (1986). *Dialects in contact*. Blackwell.
- Vigário, M. (2016). Segmental phenomena and their interactions. Evidence for prosodic organization and the architecture of grammar. In S. Fischer & C. Gabriel (Eds.), *Manual of grammatical interfaces in Romance* (pp. 41–73). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110311860-005>
- Vigário, M. (2022). Portuguese. In C. Gabriel, R. Gess & T. Meisenburg (Eds.), *Manual of Romance phonetics and phonology. Part II - Phonetics and phonology of Romance languages* (pp. 839–881). De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783110550283-027>